

## **A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL (EMEI) “FLORÍPES SILVEIRA DE SOUZA”**

**Marta Maria Toledo Teixeira Evangelista<sup>1</sup>**  
**Ana Maria Freire da Palma Marques de Almeida<sup>2</sup>**

### **Resumo**

Este trabalho é resultado da pesquisa realizada durante os anos de 2005 e 2006 na Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) “Florípes Silveira de Souza”, no município de Bauru sobre o Projeto Político-Pedagógico cujos objetivos foram: identificar no plano teórico os elementos que constituem o Projeto Político-Pedagógico para a orientação e construção do referido Projeto na unidade escolar; observar e identificar com a equipe da Emei “Florípes Silveira de Souza” as concepções, papéis, mecanismos atribuídos e empregados na elaboração do Projeto Político-Pedagógico; resgatar a ação intencional de planejar e a potencialidade do coletivo; gerar o fortalecimento do grupo e sua unidade aumentando o grau de realização profissional dos membros da comunidade escolar; contribuir na formação continuada em serviço dos profissionais na elaboração do Projeto Político-Pedagógico. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, pois enquanto pesquisadora e ao mesmo tempo diretora da referida escola, estabeleceu-se contato integral com o grupo pesquisado, coletando informações sobre os profissionais e também sobre o cotidiano escolar, a rotina dos alunos e dos professores. O recurso metodológico utilizado proporcionou um mergulho na realidade estudada e acionou a participação dos sujeitos na problemática das situações vivenciadas. Do ponto de vista teórico, discorreu-se sobre os princípios da Gestão Democrática e da Autonomia da Escola, ao mesmo tempo em que se discutiu as bases legais da educação infantil em nível nacional e no município de Bauru. O resultado desta pesquisa encontra-se expresso através do documento oficial “Projeto Político-Pedagógico da Emei Florípes Silveira de Souza”. Por tratar-se de uma pesquisa inédita na Rede Municipal de Educação de Bauru, acredita-se na sua contribuição aos educadores, não apenas desse município, mas a todos os envolvidos nas questões político-pedagógicas da educação infantil.

**Palavras-chave:** Projeto Político-Pedagógico; Autonomia; Gestão Democrática.

### **Introdução**

O trabalho de pesquisa e o processo de construção do Projeto Político-Pedagógico na Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) “Florípes Silveira de Souza”, no município de Bauru tiveram início em setembro de 2004 e estenderam-se durante os anos de 2005 e 2006, porém, atualmente (2008) os estudos permanecem.

Nessa escola são atendidas crianças entre 3 (três) a 6 (seis) anos, não havendo, portanto, o atendimento das crianças de zero a três anos, as quais também fazem parte da educação infantil, porém freqüentando atualmente (2008) as Escolas Municipais de Educação Infantil

---

<sup>1</sup> Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil “Florípes Silveira de Souza” - Bauru - SP

<sup>2</sup> Profa. Adjunto do Departamento de Educação–UNESP-Bauru- SP

Integradas (Emeiis), antigas creches. Desta forma, o Projeto Político-Pedagógico esteve direcionado ao atendimento das crianças de três a seis anos, somente dessa unidade escolar.

De acordo com os estudos realizados, todas as escolas necessitam construir coletivamente o referido Projeto, por tratar-se de um documento essencial ao trabalho burocrático e pedagógico, não devendo ser elaborado apenas como mais um documento da escola em cumprimento às exigências legais e depois ser engavetado.

Seguindo essas reflexões iniciais, os objetivos desta pesquisa foram sendo traçados, conforme segue:

- Identificar no plano teórico os elementos que constituem o Projeto Político-Pedagógico para a orientação e construção do referido Projeto na unidade escolar;
- Observar e identificar com a equipe da Emei “Florípes Silveira de Souza” as concepções, papéis, mecanismos atribuídos e empregados na elaboração do Projeto Político-Pedagógico articulando com a possibilidade da construção do Projeto nesta escola, que estivesse em consonância com as expectativas de todos;
- Resgatar a ação intencional de planejar e a potencialidade do coletivo;
- Gerar o fortalecimento do grupo e sua unidade, aumentando o grau de realização profissional dos membros da comunidade escolar;
- Contribuir na formação continuada em serviço dos profissionais na elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

Considerando esses objetivos, é possível acreditar que não pode haver projetos iguais em escolas distintas, uma vez que o projeto político-pedagógico é a “identidade” da escola e o recurso necessário para servir de guia em busca do alcance dos objetivos propostos, bem como das metas a serem alcançadas; portanto, cada unidade escolar deverá construir coletivamente o seu documento, com características, princípios e valores ímpares, reconhecendo a diversidade existente em sua realidade.

### **Projeto Político-Pedagógico: Pressupostos Legais**

A história do processo educacional apresenta períodos os quais propunham alterações nas políticas educacionais, com a intenção de garantir ideais de equidade social, diminuição da marginalização escolar e o aumento do número de alfabetizados. Desta forma, a educação, que sempre ocupou espaço na vida das pessoas, evolui à medida que tenha mais significado na dinâmica das sociedades modernas.

Com a Constituição Federal atual (CF/1988), pela primeira vez reconhece-se a autonomia dos municípios, que os institui como entes da Federação, com recursos e com

responsabilidades próprias e com liberdade para constituir o seu próprio sistema de ensino. Sob a nova Constituição, o direito ao ensino fundamental passa a ser legalmente efetivo, ou em outras palavras, passa a ser direito público subjetivo (art.208). Desta forma, a autoridade competente fica sujeita a crime de responsabilidade pelo não oferecimento ou oferta irregular do ensino fundamental. No entanto, a educação infantil apesar de constituir-se em primeira etapa da educação básica (LDB 9394/96), é facultativa aos interesses da família.

Porém, segundo o Plano Nacional de Educação (2001, p.10):

A educação infantil é um direito de toda criança e uma obrigação do Estado (art.208, IV da CF). A criança não está obrigada a freqüentar uma instituição de educação infantil, mas sempre que sua família deseje ou necessite, o Poder Público tem o dever de atendê-la.

Ainda na Constituição Federal/1988 há a determinação de que a gestão do ensino público deve ser realizada de forma democrática (art.206, VI), mas para a educação infantil, o marco principal, além da Constituição Federal de 1988, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). Com essa lei, a educação infantil passa a fazer parte da Educação Básica, constituindo-se em sua primeira etapa, podendo-se também encontrar no artigo 3.º que o ensino será ministrado baseado em princípios, e, entre eles: “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (inciso VIII).

Tendo como base a CF/1988 e a LDB/1996, o processo de organização dos sistemas municipais de educação, no estado de São Paulo exige que os governos municipais estabeleçam uma política educacional clara e que atenda aos interesses de sua comunidade, articulando-os com os interesses nacionais.

Os municípios têm liberdade (estabelecida em Lei) para organizar de maneira autônoma o seu Sistema Municipal de Ensino ou podem optar ainda, por se integrar ao Sistema Estadual de Ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

O Conselho Nacional de Educação, no Parecer n.º 05/97 destaca como “saudável inovação” da Lei n.º 9394/96 a possibilidade de instituição dos sistemas municipais de ensino e refere-se à necessidade de decorrer um período indispensável para a formulação das leis municipais correspondentes, quando o município se decidir pela organização do seu próprio sistema de ensino. Entretanto a LDB não determinou prazo para essa decisão, a qual pode ocorrer em qualquer tempo.

Enquanto isso não ocorrer, como no caso de Bauru, as atuais vinculações aos respectivos sistemas de ensino deverão ser mantidas, até que a completa organização tenha

ocorrido na jurisdição de cada municipalidade e até que a decisão tenha sido comunicada à Secretaria Estadual de Educação e ao Conselho Estadual de Educação.

A instituição do Sistema Municipal de Ensino implica duas importantes incumbências àquelas já assumidas pelos municípios:

- A elaboração de normas educacionais complementares para o seu sistema de ensino;
- A autorização, o credenciamento e a supervisão das instituições de ensino municipais de educação básica e privadas de educação infantil.

Dentre as determinações da LDB 9394/1996 também os estabelecimentos de ensino deverão elaborar e executar sua proposta pedagógica (art.12). Essa proposta pedagógica (projeto político-pedagógico) deverá ser construída em parceria com os professores, funcionários, pais e comunidade escolar.

Segundo Sari (1999, p.26):

O foco da administração da educação no município deve, pois, centrar-se nas unidades escolares, assegurando-lhes autonomia pedagógica, financeira e administrativa, requisitos fundamentais para que possam construir a sua própria identidade e a sua proposta pedagógica, com a participação da comunidade escolar, democratizando a sua gestão.

Também a Lei de Diretrizes e Bases define como objetivo da educação infantil: desenvolver integralmente a criança nos seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.

Assim, é necessário obter uma pré-escola de qualidade, a qual esteja a serviço das crianças das classes populares bem como das crianças cujos pais desejarem exercer o direito de utilizar o serviço público. A escola de educação infantil tem uma função que necessita ser explicitada e concretizada, ou seja, a função pedagógica, referindo-se a um trabalho que toma a realidade e os conhecimentos infantis como pontos de partida e os amplia, através de atividades as quais tenham significado para suas vidas e assegurem a aquisição de novos conhecimentos.

Desta forma, as atividades realizadas nesta faixa etária, devem enriquecer as experiências infantis dando-lhes significado para a vida das crianças, favorecendo o processo de alfabetização, possibilitando a apreensão e a compreensão do mundo, bem como a expressão de seus pensamentos.

Nesse sentido, entende-se que o objetivo da pré-escola não está em preparar a criança para a etapa posterior - ensino fundamental - a fim de garantir o seu sucesso, mas desenvolver integralmente este ser em todos os seus aspectos e de acordo com as suas possibilidades e

necessidades cognitivas, respeitando as potencialidades de cada um, assim como, preservando e respeitando a individualidade intelectual da criança.

Para tanto, é necessário que a escola e educadores tenham definido, em conjunto, a respeito da concepção de criança e de mundo que querem formar, e que o trabalho coletivo seja planejado e desenvolvido baseado em teorias educacionais, as quais assegurem confiança e segurança em relação ao referencial teórico, que servirá de base para o desenvolvimento do trabalho educacional e do projeto político-pedagógico estabelecido na escola.

É possível sintetizar que a educação infantil, enquanto primeira etapa da educação básica, se caracteriza por um trabalho pedagógico alicerçado em bases teóricas as quais considerem os aspectos globais do desenvolvimento da criança, que não está solta no mundo, e sim, inserida num contexto histórico, social e cultural.

### **A escola onde o estudo se desenvolveu: Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) “Florípes Silveira de Souza” da Rede Municipal de Bauru**

Em 21 de outubro de 1989 foi inaugurada a Nucleação de Educação Infantil “Professora Florípes Silveira de Souza”, composta por dois prédios cedidos pela Companhia de Habitação Popular de Bauru (COHAB), adaptados pela Prefeitura Municipal de Bauru às necessidades de funcionamento. Estava localizada à Rua Arnaldo Miraglia, nº 5-172 no núcleo habitacional “Edson Francisco da Silva”.

Em 1992, passou a funcionar em prédio próprio construído pela Prefeitura Municipal de Bauru, localizado à Rua João Guedes nº 1-80 no núcleo Edson Francisco da Silva (Bauru XVI), onde se encontra até os dias atuais (2008).

A comunidade do bairro onde a Unidade Escolar está inserida é de classe média baixa, porém a clientela escolar provém de bairros de classe baixa, tais como Jardim Eldorado, Nova Esperança, Val de Palmas e do próprio núcleo habitacional. O bairro dispõe de Centro Comunitário, praças e igrejas de várias tendências religiosas.

Atualmente (2008) o bairro enfrenta problemas relacionados principalmente à segurança. Aos finais de semana, em sua maioria, a escola é invadida por pessoas que adentram ao local e a danificam, com pichamentos, quebra de vidros das janelas, depredação do jardim, entre outras coisas desagradáveis que poderiam não ocorrer, caso houvesse a conscientização da importância da escola, como sendo um bem público para o bairro. Também em janeiro de 2007 foram furtadas da escola durante a madrugada: uma TV 29 polegadas, um DVD, um vídeo-cassete, um ventilador, um telefone e um computador completo com impressora.

O prédio da Unidade Escolar consta de 03 salas de aula, 01 sala de diretoria, 01 sala de professores, 01 cozinha, 01 despensa, 01 consultório odontológico, 03 banheiros para adultos, 02 banheiros infantis com 03 sanitários cada, 01 sala para materiais didáticos e pedagógicos, 01 almoxarifado, 01 pátio coberto.

A área livre contém 01 quiosque, 02 escorregadores, 01 ponte pênsil, 01 gira-gira, 01 trepa-trepa, 06 balanços, 04 gangorras, 01 tanque de areia.

A estrutura física do prédio da Unidade Escolar necessitava de reformas e ampliações as quais foram solicitadas, desde o ano de 2004 à Secretaria Municipal da Educação e encaminhadas à Secretaria de Planejamento, que em 2007 providenciou o projeto de reforma e ampliação, pois a escola era coberta com telhas do tipo “canalhetão”. Durante o verão o calor era insuportável e quando chovia, havia muitas goteiras as quais impediam o uso de duas salas de aula. Na cozinha também havia telhas quebradas e com vazamentos devido aos parafusos colocados com o objetivo de fixar as mesmas.

Na cozinha, nos banheiros dos alunos bem como dos funcionários não havia azulejos nas paredes nem pisos compatíveis com a higiene do local. Várias vistorias foram realizadas por técnicos da Prefeitura Municipal de Bauru, e desde 2005 instalou-se um processo para a reforma do prédio.

Então, após os trâmites legais e aprovação da reforma, em 31 de março de 2008 foi realizada uma reunião nas dependências da escola com o arquiteto da Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), a engenheira da Secretaria Municipal de Obras, engenheiros da construtora Indusbank Marília (empresa contratada para realizar a reforma e a ampliação da unidade escolar), a diretora da unidade escolar e o mestre de obras da construtora. Neste dia foi dada a ordem de serviço para que a construtora iniciasse os trabalhos de reforma e ampliação da escola.

Com isso, os alunos foram transferidos para o pólo do Ceja (Centro Educacional de Jovens e Adultos), anexo a escola, local onde são desenvolvidas as atividades pedagógicas; algumas adaptações foram necessárias, como por exemplo: alteração no cardápio da merenda e horário de saída dos alunos.

Quanto aos Recursos Humanos, a escola possui: 01 diretora, 07 professoras efetivas de Educação Infantil, 01 professora substituta de educação infantil, 01 professora de educação especial com restrição, 02 serventes, 01 merendeira, 02 merendeiras readaptadas na função de auxiliar administrativo com restrição, 01 pedreiro readaptado na função de auxiliar geral com restrição e 01 dentista. No polo do Centro Educacional de Jovens e Adultos (CEJA) trabalham 01 servente e 01 professora substituta de Educação Especial.

A diretora é graduada em Serviço Social e Pedagogia e Mestre em Educação pela Unesp – Marília em Políticas Públicas Educacionais; duas professoras são graduadas em Pedagogia; uma professora é graduada em Artes Plásticas; uma professora com restrição possui Psicologia; cinco professoras possuem o Magistério, duas serventes possuem o nível médio; uma servente está cursando o nível superior, Pedagogia; uma auxiliar administrativa (com restrição) possui o nível médio; uma auxiliar administrativa (com restrição) possui o ensino fundamental; a merendeira possui o ensino fundamental; o pedreiro readaptado possui o 2º ano primário; uma professora substituta de educação especial possui Pedagogia e cursa pós-graduação em Psicopedagogia; a dentista é graduada em Odontologia com especialização.

As duas auxiliares administrativas com restrição eram merendeiras e por motivo de lesão por esforços repetitivos (LER) foram readaptadas na função administrativa. Atualmente elas exercem atividades recomendadas pelo médico perito da Seção de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT – da Prefeitura Municipal de Bauru. Estas atividades constam no processo de readaptação de cada uma delas; entre elas, há a responsabilidade no controle de entrada e saída dos alunos, preenchimento de fichas de matrícula, controle do estoque dos materiais de limpeza, organização do almoxarifado de materiais pedagógicos, entre outras.

O horário de funcionamento da escola é das 7h às 18h. A diretora trabalha oito horas diárias, das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h. As professoras do período da manhã trabalham das 7h30min às 11h30min e as do período da tarde das 13h às 17h. A merendeira cumpre oito horas diárias, das 7h às 11h30min e das 13h às 16h30min. As duas serventes, também com jornada diária de oito horas, trabalham de forma alternada, um dia, uma no horário das 7h às 11h e das 12h às 16h e a outra das 9h às 12h e das 13h às 18h, no outro dia trocam os horários e assim sucessivamente, visando não deixar a escola desamparada da profissional. A servente que trabalha no pólo do Ceja trabalha das 13h às 17h e das 18h às 22h.

Os vigias entram às 18h e saem às 6h, quando estão disponíveis à unidade escolar, pois a Secretaria Municipal da Administração de Bauru contratou uma empresa de Alarmes e Monitoria e com essa ação, retirou os vigias das escolas, fato que prejudica a segurança do prédio e conseqüentemente dos bens materiais existentes na unidade escolar.

Os alunos do período da manhã freqüentam das 8h às 11h15min e os alunos do período da tarde das 13h30min às 16h45min. Nesse período que estamos passando pela reforma da escola os alunos são dispensados às 10h30min no período da manhã e às 16h no período da tarde. As professoras utilizam o horário restante do período para realizar estudos sobre o currículo na educação infantil; esse estudo é orientado pela direção da escola e é oferecido também aos funcionários que desejarem participar dos estudos.

Algumas professoras trabalham no período contrário ao da docência, na Atividade Extraclasse (AEC), que é um direito de escolha para as professoras efetivas que possuem mais de cinco anos de efetivo serviço no Magistério Público Municipal.

Segundo o Decreto nº 6692/93, Art.2º:

Entende-se por atividades escolares extraclasse as atividades desempenhadas pelo docente nas unidades escolares municipais, necessárias para sua complementação pedagógica, para assistência didática ao escolar e para atendimento aos pais ou responsáveis pelos alunos.

Essa complementação pedagógica deverá compreender leituras, pesquisas bibliográficas, participação em cursos de aperfeiçoamento e especialização e nos projetos desenvolvidos tanto pela Unidade Escolar como pela Secretaria Municipal da Educação.

A atividade extraclasse é dividida em quatro níveis modulares, com as horas semanais correspondentes, assim distribuídas:

O professor com cinco a dez anos de exercício fará o nível “A” – uma hora diária, com acréscimo de 25% sobre o seu padrão de vencimentos,

O professor com dez a quinze anos de exercício fará o nível “B” – duas horas diárias, com acréscimo de 50 % sobre o seu padrão de vencimentos,

O professor com quinze a vinte anos de exercício fará o nível “C” – três horas diárias, com acréscimo de 75% sobre o seu padrão de vencimentos,

O professor com vinte anos de exercício em diante fará o nível “D” – quatro horas diárias, com acréscimo de 100% sobre o seu padrão de vencimentos.

Nessa Unidade Escolar onde se dá a pesquisa, há quatro professoras com AEC nível “C” e uma professora com AEC nível “B”. O fato de haver essas professoras com disponibilidade de horários para cumprir a AEC facilita o entrosamento e o diálogo entre os profissionais, bem como os estudos e discussões para o aperfeiçoamento educacional. Entre outros, os estudos estão voltados ao desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos e sobre o projeto político-pedagógico.

Há em média trinta alunos por turma, porém as classes que atendem crianças portadoras de necessidades educacionais especiais são lotadas com vinte e cinco alunos. No ano de 2007, havia duas crianças com necessidades educacionais especiais: uma no período da manhã e outra no período da tarde.

Essas crianças freqüentavam a unidade escolar diariamente, porém não havia auxiliar de classe, cabendo à professora desenvolver as atividades. Foi um trabalho árduo, onde a equipe teve que se mobilizar no sentido de encontrar alternativas possíveis para o melhor

atendimento destes alunos, pois cada professor é responsável pelos alunos da sua turma durante o período em que estes permanecerem na escola.

### **A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico na Emei “Florípes Silveira de Souza”**

A construção do projeto político-pedagógico e a autonomia para a elaboração do mesmo na Emei iniciaram e estenderam-se com estudos referentes à legislação educacional (CF/1988, LDB/1996, Estatuto do Magistério, Regimento das Escolas Municipais de Bauru, entre outros) e com estudos sobre a Educação Infantil, Projeto Político-Pedagógico, Gestão Democrática e Autonomia, a fim de que a equipe obtivesse informações teóricas sobre o tema o qual estava sendo trabalhado na escola, ou seja, a construção do projeto político-pedagógico e que para muitos profissionais causava certa estranheza, por se tratar da elaboração do projeto, tão falado e ao mesmo tempo tão misterioso, e pelo qual não possuíam domínio sobre a literatura que iria possibilitar a efetiva construção do mesmo.

No final do ano de 2004, foi realizado um levantamento com todos os membros da equipe escolar, a fim de verificar o que os mesmos estabeleciam como metas de trabalho a serem atingidas para a melhoria dos aspectos físicos, pedagógicos e sobre a participação dos pais na unidade escolar, com o propósito de iniciar o processo de construção do projeto político-pedagógico partindo da realidade pesquisada.

Os dados encontrados neste levantamento expressavam o desejo da equipe em alcançar algumas metas para a unidade escolar e que necessariamente deveriam envolver a aquisição de conhecimentos específicos para mobilizar a conscientização dos pais, a integração da equipe interna e o levantamento das necessidades pedagógicas prioritárias para que a construção do projeto político-pedagógico fosse coletiva e eficiente.

A Unidade Escolar passou então, a experienciar a gestão compartilhada, participativa, onde as informações recebidas da Secretaria Municipal da Educação eram socializadas com toda a equipe, aqui entendida como: diretora, professoras, serventes, merendeiras e funcionárias readaptadas.

Nessa linha, o trabalho se estendeu durante os anos de 2005 e 2006 sem perder de vista que a construção e o fortalecimento do vínculo profissional e afetivo é fundamental para o trabalho em grupo. Não é possível haver harmonia no trabalho em equipe com imposições de regras e autoritarismo.

Nos primeiros encontros para estudos as discussões se davam nas reuniões pedagógicas que aconteciam uma vez por mês, conforme o calendário oficial da Secretaria Municipal da

Educação. Essas reuniões não se destinavam apenas aos estudos, mas envolviam a discussão do próprio planejamento escolar e outras atividades importantes e necessárias para a unidade escolar.

Além deste estudo mensal, havia também os estudos semanais com as professoras que exerciam a atividade extraclasse. Esses estudos seguiam o mesmo procedimento das reuniões pedagógicas.

Iniciando pela Educação Infantil, a qual para a equipe da escola é a fase mais importante da criança, concorda-se com Antunes (2004, p.41) quando ele faz a seguinte afirmação: “A educação infantil é tudo e o resto é quase nada e, portanto, não se justifica rotular de “pré” a fase incontestavelmente mais significativa da escolaridade humana”. Dessa forma, acredita-se, que a segurança com que os conteúdos são transmitidos aos alunos nessa fase escolar, que não é “pré” escola, mas sim educação infantil com fundamentos e necessidades próprias da idade entre três a seis anos, é de extrema importância para o desenvolvimento pedagógico e psíquico da criança.

Os estudos sobre o projeto político-pedagógico foram introduzidos através de livros de Ilma Passos, Celso Vasconcellos, João Barroso, Heloisa Lück e textos de revistas pedagógicas e de congressos. A importância da educação continuada foi abordada através dos estudos de textos de Rui Canário. Tantos outros autores também foram estudados ou ao menos, suas idéias comentadas com a equipe durante as conversas que tínhamos nos intervalos ou nas atividades extraclasse. As professoras também socializavam os textos adquiridos nos cursos.

O projeto político-pedagógico foi sendo construído, aos poucos; no coletivo da escola, nas sugestões surgidas e nas conversas com os pais e com os membros da comunidade, nas reuniões formais e informais agendadas com a equipe e nas reuniões oficiais com os pais dos alunos.

Foram muitos meses de estudos sistematizados e com muita motivação da equipe pelo desejo em mudar a realidade da escola para melhor. Havia o comprometimento em anunciar as alternativas possíveis. Como dizia Paulo Freire, não basta a denúncia, é necessário também anunciar. Anunciar o desejo de mudança, de transformação da realidade.

### **Princípios norteadores do processo de construção do Projeto Político-Pedagógico.**

Os princípios que nortearam o trabalho de construção do Projeto Político-Pedagógico foram: a Gestão Democrática e a Autonomia, imprescindíveis e inseparáveis.

Segundo os estudos realizados, a gestão democrática do ensino público supõe a transparência de processos e atos. “Ao caráter público e aberto se opõem o privado e o

secreto” (CURY, 2002, p.205).

A gestão democrática tem suas características, as quais segundo Lück (2005, p. 30) podem ser:

- Compartilhamento de autoridade e de poder,
- Responsabilidades assumidas em conjunto,
- Valorização e mobilização da sinergia de equipe
- Canalização de talentos e iniciativas em todos os segmentos da organização,
- Compartilhamento constante e aberto de informações,
- Comunicação aberta e ampla disseminação de informações.

Estas características da gestão democrática foram ao longo de todo o processo, discutidas na Emei estudada, por acreditar que desta forma, é possível trabalhar verdadeiramente em equipe. Segundo Abranches (2003, p. 24):

A participação permite a co-responsabilização na formulação de um projeto político e sela a demanda e o compromisso da sociedade civil diante da proposição de políticas públicas e rumo à constituição de um sujeito coletivo e de um projeto efetivamente político para a sociedade.

No domínio das teorias da administração, a gestão participativa corresponde a “um conjunto de princípios e processos que defendem e permitem o envolvimento regular e significativo dos trabalhadores na tomada de decisão” (BARROSO, 2004).

A gestão do ensino não é tarefa simples, pois exige conhecimentos específicos no domínio da administração educacional, tornando-se desta forma um trabalho bastante complexo, onde vários posicionamentos diversificados são instalados e são necessários embasamentos teóricos e disciplina para resolver conflitos e gerenciar consensos, o que segundo Barroso (2004) significa: “a substituição de uma hierarquia de autoridade por uma hierarquia de competências, de ajuda técnica e de animação da equipe”.

Gestão escolar, autonomia escolar, processo decisório escolar, são todos termos utilizados para descrever a abordagem participativa para a gestão descentralizada do sistema de ensino.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente; por isso, todo projeto pedagógico da escola é também um projeto político. “[...] político por estar intimamente articulado ao compromisso com a formação do cidadão por um tipo de sociedade”.(VEIGA 1995, p.13.)

Político e pedagógico têm assim uma significação indissociável. Nesse sentido deve-se considerar o projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão e

discussão dos problemas na escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que “não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva”. (MARQUES, 1990, p.23 apud VEIGA, 1995, p.13).

O projeto político-pedagógico enquanto processo democrático de decisões organiza o trabalho pedagógico a fim de superar os conflitos, eliminando relações competitivas, corporativas e autoritárias. Busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

Quanto a autonomia, a palavra vem do grego e significa autogoverno. Nesse sentido, uma escola autônoma é aquela que governa a si própria. Para Barroso (1997): “A construção de projetos está intimamente ligada à própria construção da autonomia. Somente organizações autônomas têm a capacidade de produzir projetos próprios”.

Ainda segundo Barroso (1997):

O conceito de autonomia está etimologicamente ligado à idéia de autogoverno, isto é, à faculdade que os indivíduos (ou organizações) têm de se regerem por regras próprias. Contudo, se a autonomia pressupõe a liberdade (e capacidade) de decidir, ela não se confunde com a “independência”. A autonomia é um conceito relacional (somos sempre autônomos de alguém ou de alguma coisa) pelo que sua ação se exerce sempre num contexto de interdependências e num sistema de relações. A autonomia é também um conceito que exprime um certo grau de relatividade: A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis.

### **A Metodologia da Pesquisa-Ação**

O contato com o grupo pesquisado era em tempo integral e o objeto de pesquisa conduziu a esta metodologia, a qual proporcionaria um mergulho na realidade estudada, um aprofundamento fundamentado teoricamente. Este estudo deveria estar amparado por uma abordagem que não poderia ser outra, a não ser a pesquisa-ação.

A pesquisa participante, assim como a pesquisa-ação, caracteriza-se pela interação entre pesquisador e os membros pesquisados. Há autores que empregam as duas expressões como sinônimos. Porém, a “pesquisa-ação”, além da participação, supõe “uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de pesquisa participante” (THIOLLENT, 1985, p.7).

Um dos objetivos da pesquisa-ação consiste em dar aos participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob a forma de diretrizes de ação transformadora. Assim, a pesquisa-ação contribuiu de forma eficaz para esse trabalho em Educação.

A certeza de se trabalhar com a pesquisa-ação se deu por acreditar que a dimensão

espaço-tempo é essencial, pois “toda pesquisa-ação é singular e define-se por uma situação precisa concernente a um lugar, a pessoas, a um tempo, a práticas e a valores sociais e à esperança de uma mudança possível”. (BARBIER, 2004, p.119).

Na pesquisa-ação é possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação.

Também, aderindo as idéias de Chizzotti (2003), que afirma que o pesquisador deve manter uma conduta participante, com compromisso claramente assumido perante a equipe, partilhando os problemas e formulando estratégias de superação das necessidades encontradas, foi possível estabelecer uma relação dinâmica com a equipe escolar, que se mantém até os dias atuais (2008).

Ainda seguindo os raciocínios do mesmo autor (2003, p. 84):

Esta relação viva e participante é indispensável para se apreender os vínculos entre as pessoas e os objetos, e os significados que são construídos pelos sujeitos. O resultado final da pesquisa não será fruto de um trabalho meramente individual, mas uma tarefa coletiva, gestada em muitas microdecisões, que a transformem em uma obra coletiva.

Na pesquisa-ação é possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação.

## **Resultado**

É possível verificar que o projeto político-pedagógico da escola pode ser considerado como um momento importante de renovação. Projetar é lançar-se para frente, é romper com o presente e antever um futuro diferente. É arriscar e ousar.

O projeto político-pedagógico é também uma grande oportunidade para a tomada de consciência sobre os principais problemas da escola, das possibilidades de definição das ações e atuação para a solução desses, das divisões de responsabilidades entre a equipe escolar e da avaliação contínua sobre os encaminhamentos efetuados.

Para construí-lo é necessário estudar as teorias, pois estas iluminam a ação e desta forma pode-se afirmar que teoria e prática são indissociáveis e que a intencionalidade é o fio que garante esta parceria.

Desta forma, é necessário sistematizar as ações, fazendo com que a equipe de educadores abandone a rotina mecânica diária e assumam uma postura transformadora, pois

pode fazer uso dos instrumentos que tem em mãos, ou seja, os registros, as discussões teórico-metodológicas sobre as ações a serem realizadas, os relatórios e as análises dos resultados para o planejamento das futuras ações.

Sintetizando, o projeto político-pedagógico pode ser entendido como um processo de mudança e de antecipação do futuro que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar as atividades de uma instituição, nesse caso, a Emei “Florípes Silveira de Souza”.

O projeto foi construído; levou tempo para sua construção coletiva e durante esse processo já foram alcançadas algumas metas estabelecidas pelo grupo, tais como: a implantação do grupo de mães uma vez por semana para aprendizado de técnicas de artesanato e futura geração de renda; a instalação do alambrado separando o prédio da unidade escolar do prédio do Centro Comunitário; a instalação do alambrado separando o prédio da unidade escolar do terreno ao lado a fim de obter maior segurança aos alunos; a colocação de cortinas nas janelas e portas nos armários das salas de aula com recursos da A.P.M.; a primeira revisão do Plano Escolar tendo como subsídios a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, a Proposta Pedagógica do Município (1996), entre outras fontes citadas nas Referências Bibliográficas; a primeira reelaboração dos Planos de Curso das turmas do Maternal, Jardim I, Jardim II e Pré, bem como dos projetos desenvolvidos na unidade escolar; o desencadeamento da rotina de estudos sistematizados com os profissionais da unidade escolar e algumas palestras com especialistas, com a participação de todos os funcionários durante as reuniões pedagógicas.

### **Considerações Finais**

É importante registrar o quanto foi gratificante o percurso de construção coletiva do projeto político-pedagógico em uma escola pública de educação infantil de periferia, com pouquíssimos recursos materiais e financeiros, os quais são provenientes das contribuições espontâneas dos pais e da arrecadação em festas promovidas na escola, com falta de recursos humanos no quadro de pessoal e com comprometimento na estrutura física do prédio. Mesmo assim, os profissionais dessa unidade escolar conseguiram assumir com entusiasmo, a educação formal de suas crianças.

A concepção de criança, pautada na doutrina de proteção integral pela família, sociedade e Estado, parte do valor da criança e da juventude como seres humanos, portadores da continuidade de seu povo e da espécie, reconhecendo sua fragilidade.

Portanto, quando a família não proporciona, por vários motivos que não cabe aqui o julgamento, o bem estar desta criança, os profissionais da Emei “Florípes Silveira de Souza” ao menos tentam amenizar esta carência, oferecendo ao aluno o ambiente afetivamente confortável, o alimento para sua nutrição e atividades educacionais programadas de acordo com a fase de seu desenvolvimento cognitivo.

A participação dos pais e da comunidade não se limitou apenas a assistir às reuniões para as quais eram convocados e/ou convidados. Na Emei “Florípes Silveira de Souza” não havia, em 2004, quando se iniciou esse trabalho, a prática da participação dos pais na escola. Porém, havia o desejo e a intenção em construir o projeto político-pedagógico de maneira coletiva e democrática.

Após a elaboração coletiva do projeto político-pedagógico é possível afirmar que num sistema fechado, os pais, alunos, professores e funcionários não se sentem responsáveis. Considera-se que esta é uma das principais razões da falta de participação. Porém, num sistema aberto, há a co-responsabilidade, o comprometimento dos profissionais docentes e não docentes com o trabalho escolar.

A gestão democrática foi vivenciada no dia-a-dia da escola e incorporada ao cotidiano educacional; assim, tornou-se tão essencial à vida escolar da mesma forma que é a presença dos alunos e professores.

Como a participação exige aprendizado foi necessário criar condições concretas para o seu exercício. Tais condições podem ser entendidas como: construção cotidiana e permanente de sujeitos capazes de atuar com opiniões e nas decisões de cunho escolar, bem como na redefinição de espaços e tempo escolares os quais sejam adequados à participação.

No entanto, a sociedade brasileira ainda é seletiva e excludente; a maioria das escolas públicas nunca permitiu que os alunos e a comunidade de pais ou de bairro participassem das decisões sobre o trabalho pedagógico realizado por elas.

Partindo do desejo em construir um projeto político-pedagógico na escola com a participação do coletivo escolar e da comunidade de pais e de bairro, não era mais possível compactuar com a gestão de caráter centralizador e autoritário. Desta forma, no espaço escolar (onde há maior autonomia), os encontros com os pais a partir das reuniões realizadas por turmas possibilitaram a introdução da gestão compartilhada, dos acordos firmados entre escola e responsáveis pelos alunos, da participação dos pais representantes das turmas nas atividades desenvolvidas na escola e por fim a participação e efetivação dos pais na composição legal da Associação de Pais e Mestres (A.P.M.).

Assim, é possível verificar que estamos apenas começando o trabalho de resgate da

dignidade e (re) valorização da Escola Municipal de Educação Infantil “Florípes Silveira de Souza”, conforme nossos objetivos estabelecidos no projeto político-pedagógico.

## **Referências**

ALMEIDA, A.M.F.P.M. **Organização dos sistemas municipais de educação no Estado de São Paulo**: Novas possibilidades na gestão das políticas públicas. Processo n° 2000/01966-6. Relatório-FASE I: Janeiro a Junho de 2001.

\_\_\_\_\_. **Organização dos sistemas municipais de educação no Estado de São Paulo**: Novas possibilidades na gestão das políticas públicas. Processo n° 2000/01966-6. Relatório-FASE II: Agosto de 2003.

ALMEIDA, A.M.F.P.M; CALDEIRA, A. M. A; RIBEIRO, R. **Textos para estudos e tarefas**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Formação Continuada de Educadores – Delegacia de Ensino de Avaré, 1998.

ÁLVAREZ, M. **O projeto educativo da escola**. trad. Daniel Angel Etcheverry Burguño. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ANTUNES, C. **Educação infantil**: prioridade imprescindível. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

BARROSO, J. **Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola** – a gestão participativa e seus atores, Cadernos de Organização e Gestão Curricular. ed. Instituto de inovação educacional, 2004. disponível no site [www.bibliotecadigital.com.br](http://www.bibliotecadigital.com.br) acesso em 28 de dezembro de 2004.

BAURU. **Estatuto Padrão da Associação de Pais e Mestres das Escolas Municipais**, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei n° 2636 de 30 de dezembro de 1985**. Dispõe sobre a reforma do Estatuto do Magistério Municipal.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica do Município** - Seção I - Da Educação

\_\_\_\_\_. **Regimento das Escolas Municipais**, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988: Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESP, distribuição gratuita.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996: Saraiva.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. Lei n° 10.172, de 09 de janeiro de 2001.

CANÁRIO, R. **Gestão da escola: como elaborar o plano de formação?**.ed. Instituto de inovação educacional. disponível no site [www.bilibotecadigital.com.br](http://www.bilibotecadigital.com.br) ,

- CERISARA, A. B. **Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional.** São Paulo: Cortez, 2002.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- DELORS, J.(org.), **Educação: um tesouro a descobrir.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KRAMER, S. (org.), **Profissionais de educação infantil: gestão e formação.** São Paulo: Ática, 2005.
- LÜCK, H. et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- MACHADO, N. J. **Educação: projetos e valores.** 3. ed. São Paulo: Escrituras ed., 2000, Coleção Ensaios Transversais.
- OLIVEIRA, D.A. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- SANTOS, C. R. **O gestor educacional de uma escola em mudança.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- SARI, M. T. Organização da educação municipal: da administração da Rede ao Sistema Municipal de Ensino. in **PRASEM II: Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação.** 2. ed. Brasília, 1999.
- SEVERINO, A. J. A nova LDB e a política de formação de professor: um passo à frente e dois atrás. IN: FERREIRA, N. S. C. et al. **Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. Os embates da cidadania: ensaio de uma abordagem filosófica da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. IN: BRZEZINSKI I. et al. **LDB Interpretada: Diversos olhares se entrecruzam.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- SILVA, I. O. **Profissionais da educação infantil: formação e construção de identidades.** São Paulo: Cortez, 2001.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- VASCONCELLOS, C. S. **Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação,** 10. ed, São Paulo: Libertad Ed., 2003.
- \_\_\_\_\_. **Coordenação do trabalho pedagógico – do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 5. ed. São Paulo: Libertad ed., 2004.
- VEIGA, I. P. A. ; RESENDE, L. M. G. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papirus, 2000.

### **CONSTRUCTION OF THE POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT IN “FLORÍPEDES SILVEIRA DE SOUZA” CITY SCHOOL**

#### **Abstract**

This work on Political-Pedagogical Project is a result of a research carried out from 2004 to 2006 in the City School of Children Education “Florípes Silveira de Souza”, in the city of Bauru. The purposes of this work were: to identify the principles which constitute the Political-Pedagogical Project in theory, in order to guide and elaborate the above project in the school; to perceive and identify along with the school team conceptions, roles, mechanisms, which were attributed and assumed in the elaboration of the Political-Pedagogical Project; to recover the intended action of planning and the potentiality of the group; to increase the group strength and the level of professional accomplishment of people from the school community; to contribute to continued formation of the professionals in the elaboration of the Political-Pedagogical Project. The methodology used was research-action, since the researcher is the Principal of the mentioned school. It was established fall contact with the researched group, collecting information about the professionals (teachers, servants and cooks), also about the routine of the school, students and teachers. The method allowed us to be in contact with the researched reality and made possible the participation of the subjects in the solution of problems present in experienced situations. The theory approached the principles of the Democratic Management and the School Autonomy and we discussed the legal basis of children education in the country and in the city of Bauru. The result of this research is presented in a “Final Document”, which approaches the elaboration of the Political-Pedagogical Project of the Municipal School of Children Education “Florípes Silveira de Souza”. We believed that this original work can contribute to the discussion of political-pedagogical issues of children education, bath in the context of the Educational System of Bauru and other contexts.

**Key words:** Political-Pedagogical Project; Autonomy; Democratic Management.